

## **ATA DA 8.ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, reuniu na Sala de Sessões, nos Paços do Concelho, o CMS – Conselho Municipal de Segurança, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (Anexo I), devidamente convocados para o efeito.

**O Senhor Presidente da CMP – Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira** deu início à reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a sua presença.

Pediu ao Senhor Diretor Municipal da Presidência que fizesse a chamada dos novos membros do CMS, de modo a que o Senhor Presidente da AMP - Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite, desse posse aos mesmos.

**O Senhor Presidente da AMP, Miguel Pereira Leite** deu posse aos novos membros do CMS.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança de 19 de dezembro de 2018.**

**Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião do Conselho Municipal de Segurança de 19 de dezembro de 2018.**

#### **2. Plano Municipal de Segurança Rodoviária.**

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** informou que o Senhor Diretor da Direção de Mobilidade e Transportes, Manuel Paulo Teixeira, iria fazer uma apresentação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária.

**O Senhor Diretor da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, Manuel Paulo Teixeira** fez a apresentação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (Anexo II).

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PAN), Paulo Vieira de Castro** saudou os presentes e considerou que é necessário um investimento no transporte público que não cause mais poluição à cidade.

Colocou à consideração, a introdução no Plano de um instrumento indicador das vítimas não-humanas, tal como existe para as humanas, à semelhança do instrumento de monitorização da mortalidade da fauna existente na IP - Infraestruturas de Portugal.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** considerou que a sugestão é perfeitamente exequível e agradeceu a mesma.

**O representante do IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária, Francisco Leite da Silva** parabenizou a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e enalteceu o documento elaborado.

Solicitou a disponibilização do documento, pois considera que somente com a apresentação não é possível uma análise mais cuidada. Referiu, para contributo ao documento, a não menção do Observatório Municipal de Segurança Rodoviária e a identificação de algumas entidades que, porventura, não faz muito sentido mencionar, em detrimento de outras que não o são. Manifestou a sua discordância com o ponto referente à evolução da sinistralidade pois não faz uma leitura dos dados, quanto à estabilização do número de acidentes e vítimas apesar do ligeiro aumento verificado no último ano, referindo ter existido um crescimento entre 2012 e 2017. Também não concordou com a conclusão de tendência de descida do número de vítimas mortais. Disse, por fim, que o fator humano contribui em 90% das causas dos acidentes rodoviários, as infraestruturas e as estradas em 5% e as condições climatéricas os restantes 5%, considerando que os números orçamentados na apresentação estão invertidos.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** de nota de que já foram recolhidos os números de acidentes mortais relativos a 2018, que são apenas 5, mas considerou que é perigoso olhar para pequenos números e fazer extrapolação para grandes números.

Afirmou que ocorreu uma diminuição no número de mortes por atropelamento e é nessa área que a CMP tem mais possibilidade de intervir, nomeadamente através das infraestruturas. Considerou que a tecnologia que, em anos passados, foi útil para uma redução da sinistralidade grave dos acidentes rodoviários, nos últimos anos tem contribuído inversamente, exemplificando com o uso de telemóvel ao volante em alta voz. Afirmou que é um problema civilizacional, independentemente do investimento que seja feito em infraestruturas ou policiamento. Acha que é possível reduzir o número de atropelamentos mas pelas infraestruturas, onde a CMP pode intervir, existem muitas limitações.

**A Senhora Vereadora do Pelouro da Proteção Civil, Cristina Pimentel** referiu que em 2017, na cidade do Porto, não ocorreu qualquer óbito por atropelamento e considerou que esse é um número que poderá dar algum conforto sobre as questões do investimento feito e de contenção de excessos, a nível infraestrutural.

**A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes**

considerou que a intensificação do tráfego nos grandes centros urbanos leva a uma poluição ambiental medida pela matéria particulada, que condiciona as doenças pulmonares crónicas obstrutivas, bem como as agudizações dos problemas asmáticos.

Agradeceu pelos quatro grandes eixos de desenvolvimento, considerando as várias medidas que a autarquia tem desenvolvido e planeia desenvolver para diminuição das respostas à sinistralidade.

Sugeriu a ponderação de uma medida, talvez de difícil implementação, de libertação do centro histórico do tráfego rodoviário ou que ele seja feito através de meios de transporte eco sustentáveis.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** afirmou que, mesmo que todos os veículos sejam

substituídos por veículos elétricos ou não poluentes, o problema vai persistir. Chamou à atenção que a CMP tem particular atenção às trotinetes, neste momento a surgir em Lisboa, e que estão a apresentar uma sinistralidade grave. Deu nota de que estão a ser tomadas medidas relativas a bicicletas e estão também a ser tomadas medidas relativamente à substituição do transporte individual por transporte público.

Considerou que a medida de implementar um passe metropolitano foi uma boa medida que irá permitir que sejam, futuramente, tomadas outras medidas inibidoras do transporte individual mas lembrou que isto só acontecerá se a oferta do transporte público for aumentada.

Deu nota de que muitas pessoas optam por veículos próprios por uma questão civilizacional e de *status*. Considerou que, se a CMP subitamente avançar para uma pedonalização excessiva da cidade, existirão seguramente reações em cadeia que poderão resultar no paradigma oposto. Referiu que foi ponderado o regresso a um modelo do tempo do Eng.º Nuno Cardoso, de corte de trânsito nas avenidas atlânticas aos domingos de manhã, pois é considerada uma medida interessante, mas acabou por má reação das pessoas.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE), José Manuel de Castro**

saudou os presentes e manifestou o seu apreço pela discussão do tema da sinistralidade na cidade do Porto, que considera uma preocupação com vários anos.

Referiu que o grande aumento da circulação, sendo um fator essencial ao desenvolvimento das cidades, contribuiu, no entanto, com aspetos negativos, como o aumento dos acidentes e o surgimento de doenças, com a má qualidade do ar e a emissão de gases. Mencionou que, entre 2005 e 2010, houve 45 mortos, 152 feridos graves e mais de 6300 feridos leves. Considerou que a medida de diminuir 30% até 2021, será algo temerário.

Sugeriu o não abandono da obtenção de informação sobre as vítimas pois considera que ninguém estuda detalhadamente este assunto; a necessidade de um maior foco do desenho urbano para a diminuição da sinistralidade na cidade, quer seja através de medidas de acalmia de tráfego ou proteção dos peões em atravessamentos complicados, pois considera que é um fator decisivo; e

que a polícia municipal deveria ter um papel mais relevante, pois acha que é a entidade que pode fazer uma análise mais profunda dos acidentes com vítimas e não apenas a recolha de dados da ANSR, que não são menos importantes, mas é preciso uma análise mais fina.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a intervenção.

Esclareceu que a informação relativa ao número de acidentes com vítimas é uma competência exclusiva da PSP; quanto à acalmia de trânsito relativamente ao urbanismo, concordou com o cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE), José Manuel de Castro, e referiu ter conhecimento que há medidas previstas nessa matéria.

Deu nota de que, quanto ao acompanhamento das vítimas, considera que deve ser uma competência do Ministério da Saúde pois a CMP não tem recursos nem acesso a bases de dados suficientes para fazer uma análise dos casos.

**A Senhora Vereadora do Pelouro da Proteção Civil, Cristina Pimentel** esclareceu que o objetivo a que a CMP se propõe é exclusivamente no âmbito da rede municipal, são excluídas as estradas fora da jurisdição do Município do Porto, que são aquelas nas quais ocorrem mais acidentes graves, como VCI e a EN12. O objetivo de reduzir o número de sinistralidade em 30% os feridos leves e tendencialmente zero mortes é apenas relativo aos arruamentos na jurisdição do Município.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** referiu que tomou conhecimento da alteração do limite de velocidade na estrada VCI acidentalmente ao passar por lá e afirmou que a IP não considerou relevante informar a CMP dessa mesma decisão.

**A representante da ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Sofia Bento** cumprimentou os presentes e saudou o esforço na realização do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, algo que, da primeira análise que efetuou, lhe pareceu correto, conciso e com dados atualizados.

Confirmou existir atraso na disponibilização dos dados pois ainda só dispõem dos dados provisórios de 2018. Alertou que existe uma metodologia diferente na contabilização de mortes rodoviárias desde 2010, sendo desde então contabilizadas as terminologias “morto no local” e “morto a 30 dias”, o que não sucedia anteriormente.

Considerou que o plano está muito bem construído e deu a indicação de dois instrumentos construídos pela ANSR, o Plano Nacional de Proteção Pedonal e de Combate ao Atropelamento, que foi remetido ao Município do Porto e ainda a norma ISO-39001 relativa à segurança rodoviária nas organizações, que pode ser um apoio para este plano. Manifestou a sua satisfação pela CMP consultar o guia para a elaboração dos planos para a segurança rodoviária e a construção de uma matriz de *Haddon*. Aprovou o envolvimento dos *stakeholders*, de todas as estruturas

municipais, para que as pessoas se apropriem do plano e que ajuda a uma visão de zero óbitos. Reforçou que a ANSR está à disposição para uma continuidade na colaboração.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PS), Marco Regis Lacomblez Leitão** cumprimentou os presentes e manifestou o seu agrado por participar neste debate.

Considerou que o plano apresenta aspetos positivos, mas também alguns menos positivos, designadamente o fator humano, pois pensa que deve haver um maior investimento nessa área. Na sequência de uma intervenção anterior, considerou também que o trânsito na zona histórica é, de veras, prejudicial para a saúde e apoia uma redução do mesmo para que se verifique um aumento na qualidade do ar e, simultaneamente, uma diminuição dos acidentes. Quanto ao plano, comprometeu-se a acompanhar a sua execução. Apresentou também os parabéns pela reunião realizada.

**A representante da DGEstE – DSRN, Hália Grancho** cumprimentou os presentes e informou que é preocupação do Ministério da Educação, a segurança dos peões e que promoveram um concurso, em colaboração com a ANSR, que se realizou em janeiro, e tem como objetivo a segurança dos peões. Referiu-se à importância das passadeiras à porta das escolas e ao papel fundamental de apoio que a PSP proporciona através do programa “Escola Segura”.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a intervenção da representante da DGEstE – DSRN. Referiu a implementação do modelo “*kiss & ride*”, que inicialmente criou alguma dificuldade com os pais mas foi algo que posteriormente criou consenso.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (CDU), Artur Ribeiro** afirmou que subscreve a intervenção do Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira, sobre o plano, pois considera que é um bom plano. Concordou com a ideia de que se trata fundamentalmente de um problema de educação e, eventualmente, de alguma legislação. Referiu não compreender a intervenção que foi feita, relativamente ao centro histórico, pois considera que o plano não é sobre a mobilidade mas sim sobre a segurança rodoviária.

Recordou a sua intervenção na reunião do CMS anterior, registada em ata, acerca da falta de condições da PSP. Considerou que deve existir uma intervenção mais assertiva da CMP no sentido de exigir que o Governo cumpra com as suas competências relativamente a esta questão. Pediu para que fosse marcada uma reunião do Conselho Municipal e que fosse pedido à PSP para fornecer informações detalhadas sobre o que mencionou.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** esclareceu que a razão pela qual o plano foi trazido ao Conselho é porque agora passa a ser uma competência obrigatória do Conselho Municipal. Considerou que, o que a CMP puder fazer no sentido de melhorar as condições de

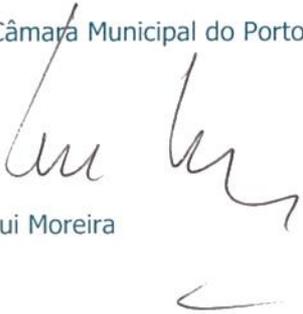
funcionamento da PSP e os recursos que lhe possam ser proporcionados, isso corresponde ao sentimento das pessoas do Porto. Concordou com a sugestão de convocar nova reunião do Conselho Municipal de Segurança.

Deu nota de que, tendo em conta as alterações e sugestões feitas, será enviado, posteriormente, o parecer sobre o Plano Municipal de Segurança Rodoviária para a Câmara Municipal e depois para a Assembleia Municipal.

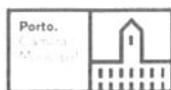
**Aprovado, por unanimidade, o parecer favorável sobre o Plano Municipal de Segurança Rodoviário.**

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e dez minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

  
Rui Moreira

## ANEXO I



**Conselho Municipal de Segurança**  
(Lei n.º 33/98 de 18 de julho)  
8.ª Reunião, de 24/04/2019  
Lista de Presenças

Página 1 de 3

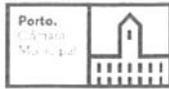
Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araújo Moreira	
CMP/Pelouro da Habitação e Coesão Social	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	
CMP/Pelouro da Proteção Civil	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
União Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Laura Brito	
Junta de Freguesia de Ramalde	António Castanheira Gouveia	
Junta de Freguesia de Bonfim	José Manuel Fonseca Carvalho	
União Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória	António José Gonçalves Fonseca	
Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã		
Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos	Alberto Amaro Guedes de Machado	
União der Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Carla Sofia da Silva Soares Maa	
Ministério Público	Maria Laura Ferreira de Azevedo Rios de Oliveira	
Polícia Judiciária do Porto	Pedro Silva	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Superintendente Paulo Lucas	
Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Coronel Silvério Edgar Ruas Moreira	
Direcção Regional do Norte do SEF	INSTRUTOR CHEFE RUI CARLOS BILHÃO	
Polícia Municipal do Porto	Comandante António Manuel Leitão da Silva	



**Conselho Municipal de Segurança**  
(Lei n.º 33/95, de 18 de julho)  
8.ª Reunião, de 24/04/2019  
Lista de Presenças

Página 2 de 3

Batalhão de Sapadores Bombeiros	Comandante Carlos Eduardo Saraiva Marques	
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Rui Leite de Castro	
CGTP-IN		
União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Lencastre Medeiros	
Associação Comercial do Porto	Carlos Alberto Lima de Almeida	
Associação de Comerciantes do Porto	Holden de Carvalho	
DGEsTE - DSRN	Hátia Grancho	
Administração Regional de Saúde do Norte, IP	Delfina Antunes	
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Inspetora-Chefe Jacinta Ladeira	
Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Andreia Baia	
Cidadã designada pela Assembleia Municipal do Porto (RM)	Ana Cláudia Almeida	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PPD-PSD)	Joaquim Caldas Moutinho dos Santos	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PS)	Marco Regis Lacomblez Leitão	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE)	José Manuel de Castro	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (CDU)	Artur Ribeiro	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PAN)	Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro	



**Conselho Municipal de Segurança**  
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)  
8.ª Reunião, de 24/04/2019  
Lista de Presenças

Página 3 de 3

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género	Manuel Joaquim Pereira Albano	
CPCJ de Porto Central		
CPCJ de Porto Oriental	Joana Catarina Baptista Trigo	
CPCJ de Porto Ocidental	José Pedro de Oliveira Domingues	
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Otilia Nunes Paulos	
IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Anabela Ferreira da Silva	
IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária	Francisco Manuel Leite da Silva	
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Sofia Bento	
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Ana Castro Sousa	

## ANEXO II

### Plano Municipal de Segurança Rodoviária

